

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC DINALDO FERREIRA LOPES

A CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA, DE 1962:
o poder naval a serviço da diplomacia.

Rio de Janeiro

2020

CC DINALDO FERREIRA LOPES

A CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA, DE 1962:
o poder naval a serviço da diplomacia.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Otacilio B. Peçanha

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

RESUMO

Considerando que o emprego do poder naval, pela sua complexidade e abrangência, convém ser planejado e executado com base em doutrinas experimentadas e comprovadas para atingir a eficácia e eficiência, este trabalho analisou o caso concreto do bloqueio naval da ilha de Cuba, durante a crise dos mísseis de 1962, com o objetivo de verificar se houve aderência aos principais conceitos estudados e defendidos por dois grandes influentes estrategistas navais dos séculos XIX e XX: Alfred Thayer Mahan e Julian Stafford Corbett. Posteriormente, aproveitando essa análise realizada, concluiu-se que o correto emprego do poder naval foi eficaz e efetivo para a resolução pacífica da crise. Foi utilizado o método comparativo entre a teoria e a realidade, por meio da pesquisa de algumas características e acontecimentos que delinearão a crise, utilizando fontes bibliográficas atualizadas, além de fonte primária. A relevância do trabalho foi constatada, ao se verificar que, apesar de passado mais de meio século do confronto ocorrido entre duas principais potências militares mundiais, algumas fontes repletas de conteúdo, foram tornadas públicas recentemente, modificando algumas percepções da crise. Dessa forma, o estudo deste emprego real se mostrou de grande valia para os dias atuais, considerando a utilidade da articulação diplomática, associada à utilização do poder naval, como forma de instrumento nas relações internacionais, para resolução pacífica de conflitos.

Palavras-chave: Bloqueio naval. Crise dos mísseis. Poder naval. Cuba. Guerra Fria. Fidel Castro. Kennedy. Khrushchev. Mahan. Corbett.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Posição inicial da força principal do bloqueio	48
Quadro 1 - Características que apresentaram aderência às teorias analisadas	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA -	<i>Central Intelligence Agency</i>
CINCLANT -	<i>Commander in Chief, Atlantic</i>
CNO -	<i>Chief of Naval Operations</i>
EUA -	Estados Unidos da América
IRBM -	<i>Intermediate Range Ballistic Missile</i>
JCS -	<i>Joint Chief of Staff</i>
LCM -	Linhas de Comunicação Marítimas
MRBM -	<i>Medium Range Ballistic Missile</i>
OEA -	Organização dos Estados Americanos
ONU -	Organização das Nações Unidas
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
POSDR -	Partido Operário Social-Democrático da Rússia
SLMB -	Submarinos lançadores de mísseis balísticos
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	TEORIAS DE EMPREGO CLÁSSICO DO PODER NAVAL	9
2.1	Alfred T. Mahan: um marinheiro desmotivado e oceanopolítico visionário.....	9
2.2	Julian S. Corbett, advogado por direito e estrategista naval de fato.....	12
3	APÓS A GUERRA, A DIVISÃO IDEOLÓGICA DA “PAZ”	17
3.1	O contexto da Guerra Fria.....	17
3.2	Acontecimentos que culminaram na crise dos mísseis de Cuba.....	22
3.3	Construção da ameaça.....	26
3.4	Desenvolvimento do bloqueio naval e suas consequências.....	27
4	SEMELHANÇAS DO BLOQUEIO NAVAL COM OS MODELOS DE MAHAN E CORBETT	35
4.1	Diplomacia Naval.....	38
4.2	Efetividade do bloqueio naval na distensão da crise.....	39
5	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS	46
	ANEXO	48

1 INTRODUÇÃO

Desde as primeiras guerras documentadas, como a Guerra do Peloponeso¹, a qual foi profundamente investigada pelo historiador Tucídides (464-401 a.C), as batalhas navais estavam presentes, porém o emprego do poder naval não estava estabelecido com base em doutrinas, mas tão somente em modelos analíticos (MAGNOLI, 2009). Não havia obras científicas sobre o assunto, que pudessem influenciar o pensamento estratégico naval. Assim, o poder naval permaneceu por séculos sem modelos de estudos aprofundados, mesmo sendo decisivo em algumas ocasiões, como na Batalha de Trafalgar². Durante muito tempo, este emprego dependia da genialidade e experiência de seus líderes, os quais estabeleciam procedimentos operacionais e táticos, disseminando posteriormente, aos seus comandantes. Foi somente a partir do fim do século XIX, que os pensadores estratégicos passaram a se dedicar ao estudo do emprego do poder naval, produzindo conhecimentos que influenciariam as próximas décadas.

Em 1890, o Contra-Almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914) publicou *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, no qual abordou a atuação das marinhas da França e da Grã-Bretanha, na disputa pela superioridade naval e o domínio dos oceanos ao longo do século XVIII, procurando demonstrar a superioridade do império marítimo sobre o império terrestre. Mahan teve forte influência do estrategista suíço Antoine-Henri Jomini (1779-1869), aproveitando e adaptando alguns de seus estudos referentes ao poder terrestre. Outro historiador que se dedicou a estudar o poder naval no princípio do século XX, foi o britânico Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922), após analisar diversos pensadores estratégicos, principalmente Carl von Clausewitz (1780-1831) e suas teorias da

¹ Guerra ocorrida entre as cidades independentes Atenas (potência marítima) e Esparta (potência continental), na Grécia Antiga, entre 431 e 404 a.C, na qual Esparta terminou vitoriosa, adquirindo o domínio hegemônico da Grécia.

² Batalha ocorrida no contexto das Guerras Napoleônicas, em 21 de outubro de 1805, entre a França e a Grã-Bretanha. A batalha, vencida pela esquadra do Almirante Nelson, pôs fim à tentativa de Napoleão Bonaparte de invadir Londres pelo mar.

guerra terrestre. Porém, procurou pautar suas publicações pela originalidade, voltando-se para a guerra naval, de forma metódica e sistemática. Iniciou escrevendo sobre a Guerra Espanhola (1585-1587), no entanto, sua principal obra foi *Some Principles of Maritime Strategy*, publicada em 1911, na qual ele procurou estabelecer princípios, baseados nas características e possibilidades do poder naval, a serem aplicados pela marinha britânica, de forma a buscar a máxima eficiência (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Esses dois autores, assim como outros estrategistas, pensadores e teóricos do poder naval, como o Vice-Almirante britânico Philip Howard Colomb (1831-1899), o Almirante Herbert William Richmond (1871-1946), professor de história naval da Universidade de Cambridge e o Almirante francês Raoul Castex (1878-1968), influenciaram gerações de líderes políticos, militares e civis, no decorrer dos séculos XIX e XX, bem como definiram estratégias e divulgaram ensinamentos que não podem ser desconsiderados por aqueles que pretendem desenvolver ideias a respeito da estratégia marítima teórica (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 449). A partir desses pensadores, surgiram diversos procedimentos operacionais empregados em conflitos e crises diplomáticas, ocorridas durante o século XX.

Pautado pelos princípios propagados por Mahan e Corbett, iremos analisar o emprego do poder naval estadunidense na crise dos mísseis de Cuba (16 outubro a 28 outubro de 1962), utilizando a teoria destes dois autores clássicos, para descrever alguns princípios de estratégia naval, com a finalidade de avaliar a aplicabilidade deles, por meio do método comparativo da teoria com os fatos observados no emprego real. Dessa forma, o propósito deste trabalho será verificar se o bloqueio naval empregado durante a crise dos mísseis de Cuba, teve aderência às teorias do emprego do poder naval de Mahan e Corbett, bem como avaliar a hipótese de que este emprego foi efetivo para a resolução da crise.

O caso real escolhido foi a crise dos mísseis de Cuba de 1962, pela sua relevância durante a Guerra Fria (1947-1989) e por contrapor as duas superpotências militares da época: Estados Unidos da América (EUA) e ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)³. Será analisado como a crise foi conduzida desde a sua percepção pelos EUA, até a resolução da crise e seus desdobramentos. Dessa forma, o objeto da pesquisa foi delimitado com a finalidade de se estudar uma crise que não resultou em conflito armado, mas caso tivesse sido escalada, poderia se desdobrar em uma guerra nuclear de consequências catastróficas.

Para atingir o propósito, iniciaremos a primeira parte, descrevendo algumas particularidades do emprego do poder naval, sob o ponto de vista de dois pensadores clássicos: Alfred T. Mahan e Julian S. Corbett. Apesar de haver algumas similaridades em seus estudos, o trabalho versará principalmente, sobre as diferenças de conceito e de emprego, visando a posterior confrontação com o caso real selecionado. Na segunda parte, será feita uma contextualização da crise dos mísseis de Cuba, inserida na Guerra Fria, além de uma análise da ameaça. Na terceira parte serão confrontados alguns aspectos observados neste emprego do poder naval estadunidense, com particularidades e princípios defendidos por Mahan e Corbett, com a finalidade de verificar se a estratégia utilizada buscou similaridade com um ou outro teórico estudado. Finalmente, será verificado se o emprego do poder naval teve eficácia na resolução da crise dos mísseis.

³ A URSS teve sua origem com a Revolução Russa de 1917 e consolidou-se ao final Guerra Civil Russa (1918-1922). Era formada por 15 países da Europa Oriental e norte da Ásia, entre eles Rússia, Armênia, Azerbaijão, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Geórgia, Estônia, Letônia, Lituânia e Ucrânia. A URSS se dissolveu em 1991, dois anos depois da queda do muro de Berlim.

2 TEORIAS DE EMPREGO CLÁSSICO DO PODER NAVAL

A partir da segunda metade do século XIX, alguns estrategistas militares, ressentidos pela escassez de uma doutrina e de princípios que orientassem o emprego do poder naval em direção a uma eficaz e eficiente utilização, buscaram realizar estudos ou orientar outros pensadores a realizá-los (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 441). Neste capítulo estudaremos os dois teóricos clássicos do poder naval que mais influenciaram as gerações de estrategistas do século XX e serviram de inspiração para marinhas de vários países, na busca pelo controle dos oceanos.

2.1 Alfred T. Mahan: um marinheiro desmotivado e oceanopolítico visionário

Alfred T. Mahan, nascido no estado de Nova Iorque-EUA, ingressou na Academia Naval dos EUA em Annapolis, onde se formou Oficial e iniciou sua carreira naval em 1861. Já como Capitão de Mar e Guerra, após uma carreira mediana, se aprofundou nos estudos de história naval, como instrutor no *United States Naval War College*. Foi por orientação do então presidente do *Naval War College*, que Mahan iniciou sua profunda pesquisa sobre a atuação do poder naval ao longo da história militar, culminando na sua mais famosa obra, *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, lançada em 1890, a qual foi traduzida para diversos idiomas, vindo a exercer influência em inúmeros pesquisadores, estrategistas, geopolíticos, pensadores e teóricos civis e militares em vários países (WEDIN, 2015, p. 35).

Ironicamente, Mahan (1890, p. 114) inicia sua obra afirmando não conhecer nenhum estudo publicado, que confirme a relação do poder marítimo com a prosperidade das nações, mas reafirma a necessidade do Estado ter em primeiro plano, os interesses marítimos, demonstrando como eles modificam o curso da história e são modificados por ela.

Em sua principal obra, ele afirma que para um Estado ser grande e próspero, necessita possuir superioridade naval absoluta. Sua finalidade era tornar os EUA uma

potência mundial, adotando um correto dimensionamento e emprego do poder naval, com foco no crescimento do poder marítimo e na proteção das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), como meio fundamental para o progresso. Com visão geopolítica de futuro, Mahan foi capaz de antever no canal do Panamá, então em construção, uma via marítima necessária para impulsionar o desenvolvimento comercial e militar dos EUA (MAHAN, 1890, p. 642). Relacionava, portanto, o fortalecimento do poder naval ao desenvolvimento econômico do país, influenciando e sendo influenciado por esse desenvolvimento, em uma relação cíclica e contínua.

Mahan defendia priorizar os recursos do Estado, para formar uma esquadra poderosa, capaz de espalhar seu domínio pelos oceanos, contando com apoio de bases distantes e o controle de ilhas localizadas estrategicamente, de forma a expandir a presença naval nos mais distantes e promissores mercados mundiais. Afirmava que o controle de Cuba, Jamaica e das LCM da região do Caribe ou de outra região estrategicamente localizada, seria essencial para um Estado se tornar uma potência marítima, como foi a Espanha de outrora (MAHAN, 1890, p. 777). No entanto, os EUA ainda não possuíam o domínio de nenhuma ilha ou base distante do território.

Para Mahan (1890), uma marinha deveria possuir o domínio completo dos mares, impondo sua superioridade e fortalecendo o poder marítimo, de maneira incontestável. Deveria, quando em combate, buscar a batalha decisiva⁴, não permitindo liberdade de ação e espaço ao oponente, dominando, dessa forma, as linhas de comunicação marítimas mundiais.

O princípio mais defendido por Mahan foi a concentração das forças navais, composta principalmente por navios de linha⁵, como meio de se alcançar a batalha decisiva, por meio de operações ofensivas. Ele afirmava que a esquadra deveria concentrar sua força

⁴ Batalha decisiva é aquela que acarreta perdas e avarias de tal monta, que incapacite quem as sofreu, para qualquer ação posterior significativa.

⁵ Navio de grande porte, normalmente robusto e bem armado, para compor uma linha de batalha. Durante o século XIX, o navio encouraçado cumpriu a função de navio de linha.

principal, para atacar o inimigo em local e momento decisivo, eliminando a esquadra inimiga. De certo modo, as batalhas navais ocorridas entre as esquadras francesa e britânica, estudadas por ele, já utilizavam esse princípio da concentração. Na mais decisiva delas, a Batalha de Trafalgar, a esquadra do Almirante Nelson (1758-1805) se consagrou vitoriosa, após conseguir permanecer coesa e dividir a formação inimiga (MAHAN, 1890). A batalha decisiva estabeleceu a Grã-Bretanha como detentora do domínio dos mares no século XIX e, juntamente com outros exemplos, serviu como uma forte base para os trabalhos de Mahan.

Outro princípio defendido, foi a iniciativa das ações, buscando surpreender o inimigo, de forma inesperada e com intensidade suficiente para definir a batalha e não deixar espaço para o contra golpe adversário. Esse princípio não poderia ser desperdiçado contra forças secundárias do oponente, deveria ser aplicado com toda intensidade sobre a força principal do inimigo, concorrendo para a batalha decisiva.

Mahan também era adepto do bloqueio naval, porém apenas como um meio de destruir a esquadra adversária, do contrário seria um subemprego para os navios capitais e um desperdício de recursos e meios. Também afirmava que um bloqueio poderia ser rompido em algum ponto desprotegido, principalmente por navios isolados (MAHAN, 1890). Preferia o domínio de uma posição central estrategicamente localizada, como a região do Caribe, citada anteriormente, ou o estreito de Gibraltar, fundamentais para exercer o controle das rotas marítimas no Atlântico e no Mediterrâneo, respectivamente.

Os ensinamentos de Mahan continuaram sendo seguidos por estrategistas navais, porém as batalhas decisivas foram poucas ao longo da história, sendo a mais recente, a Batalha da Jutlândia, ocorrida em 31 de maio de 1916. A esquadra britânica, após concentrar suas forças, conseguiu uma vitória estratégica sobre a esquadra alemã, levando esta a permanecer com sua força naval de superfície atracada, até o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na base de Wilhemshaven (MAGNOLI, 2009, p. 341).

Com sua prestigiada obra, Mahan se consolidava na ciência da estratégia naval, demonstrando características de um autêntico geopolítico dos mares e grande visão de futuro, que levaria a formação de uma base para os EUA se tornarem a maior potência naval, militar e econômica no século seguinte.

2.2 Julian S. Corbett, advogado por direito e estrategista naval de fato

Sir Julian S. Corbett nasceu em Londres e realizou seus estudos em algumas das instituições britânicas mais tradicionais, se formando em direito em 1876 e iniciando sua carreira de advogado. Em seguida, ingressou na carreira de escritor, se dedicando inicialmente a romances históricos e depois à história naval britânica. Em 1896, por orientação do historiador britânico John Knox Laughton (1830-1915), iniciou sua pesquisa a respeito da Guerra Espanhola, tornando-se conhecido no meio naval e publicando outros estudos. Posteriormente, realizou diversas palestras no *Royal Naval War College*⁶ e veio a publicar em 1911, sua principal obra, *Some Principles of Maritime Strategy*, influenciando a Marinha Real Britânica e outras marinhas da Europa no século XX (WEDIN, 2015, p. 36).

Seu trabalho situava o poder naval dentro de uma estratégia maior, fundamental para garantir a soberania sobre o território. Dessa forma, subordinava a dimensão e o emprego do poder naval aos acontecimentos em terra, atuando como uma extensão da força terrestre, chegando a desagradar alguns líderes navais britânicos da época, por parecer diminuir a relevância da esquadra britânica (WEDIN, 2015, p. 37).

Possuía como meta introduzir uma doutrina de emprego do poder naval da Grã-Bretanha, de forma aprofundada e principalmente voltada para a guerra limitada, na qual a estratégia e o esforço utilizados devem ser proporcionais aos objetivos visados (CORBETT,

⁶ O *Royal Naval War College* foi um centro de treinamento para Oficiais da *Royal Navy*, no Reino Unido, durante o período de 1900 a 1914, passando as suas funções para o *Royal Naval College*, em 1914.

2009). Para Corbett, era inimaginável a guerra ser definida pela superioridade naval, entretanto definiu sob seu ponto de vista, as bases para uma esquadra forte e balanceada.

Também defendia que o bloqueio limitado, por vezes seria a melhor opção para uma força naval inferior, na tentativa de proteger as rotas marítimas. Para isso, Corbett separava em dois tipos, bloqueio militar e bloqueio comercial, sempre com a finalidade de forçar o inimigo a tomar uma decisão. Admitia, também, ser a melhor opção para a força naval em superioridade, realizar o bloqueio afastado quando desejasse atrair as forças navais inimigas ou então o bloqueio aproximado, com a finalidade de manter a esquadra adversária recolhida às suas bases. Nessa questão porém, depreendemos de suas análises, que o bloqueio aproximado se mostrava mais vulnerável, mesmo quando apresentava eficácia, por necessitar uma força bem superior, além de levar a esquadra à exaustão (CORBETT, 2009).

Considerando o ataque às LCM inimigas, Corbett (2009, p. 1178) pregava que, para tal, não se tornava necessário concentrar as forças. A forma mais eficaz de se afetar o tráfego marítimo seria dividindo a força naval e ocasionalmente, reunindo novamente, quando e onde fosse imprescindível, atacando tanto as forças armadas do inimigo, quanto suas comunicações marítimas. Para esse propósito, não seriam necessários navios de linha, como os encouraçados, mas um misto de navios menores, principalmente cruzadores velozes e bem armados. Com uma força naval balanceada, ele defendia inclusive, que a única estratégia que poderia favorecer uma força menor, seria a divisão da força e o emprego na guerra de corso, evitando confrontar o inimigo frontalmente. Também defendia essa divisão de forças para uma marinha superior, como sendo a forma mais eficiente de se proteger as linhas de comunicação marítimas. Segundo Corbett, uma força naval, ao concentrar seus meios, induz o adversário a evitar o combate, além de expor seu tráfego marítimo ao ataque, em locais desprotegidos (CORBETT, 2009, p. 1362).

Ao contrário de Mahan, Corbett alegava que não era necessário possuir o domínio integral do mar, senão apenas o seu controle por um período limitado, em um espaço suficiente para negar parcela do uso do mar ao inimigo e garantir o próprio uso. Sendo assim, se tornava desnecessária a destruição da esquadra inimiga. Em vez disso, era necessário cumprir as seguintes tarefas: disputa do controle do mar; conquista do controle do mar; e exercício do controle do mar. O controle de área marítima não poderia ser um fim em si mesmo, deveria estar relacionado ao propósito de exercer o controle ou proteção sobre as LCM. O recurso do controle limitado também tinha o propósito de levar o oponente à roda de negociações, enquanto se possuísse alguma vantagem, antes de atingir o ponto culminante⁷. Poderia assim, alcançar o propósito político, sem riscos elevados de causar a destruição da própria esquadra (CORBETT, 2009).

Corbett também aproveitou e adaptou um postulado defendido por Clausewitz e outros estrategistas do poder terrestre, ao afirmar que a defensiva prevalece sobre a ofensiva, principalmente na guerra limitada, desde que se escolha uma posição favorável ao defensor, que seja tão importante a ponto de representar o objetivo principal do oponente (CORBETT, 2009, p. 419). Não se deve, porém, manter uma postura passiva, mas aproveitar o melhor momento para aplicar o contra-ataque. Não estamos afirmando que a defesa sempre irá sobressair sobre o ataque, mas que o atacante deverá preparar um exército várias vezes superior em número, para sobrepujar o adversário, enquanto este permanecer na defensiva. Isto porque o ataque exige grande desgaste físico, material e psicológico. Essa afirmação foi constatada durante a Primeira Guerra Mundial, na Batalha de Verdun, entre 21 de fevereiro e 18 de dezembro de 1916, quando a ofensiva do exército alemão foi detida pelas forças francesas, que se permitiram permanecer na defensiva e manter posição, para depois avançar em contra-ataque (MAGNOLI, 2009, p. 338). Observamos outro exemplo contundente,

⁷ Momento da batalha, no qual uma força atinge o limite do seu esforço, chegando à exaustão, sem alcançar os objetivos, declinando a partir de então e perdendo a capacidade de continuar as operações com sucesso.

durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na Batalha de Stalingrado⁸. Nesse evento, considerado uma ofensiva infalível pelos seus planejadores, o exército alemão, visivelmente superior, após longas ofensivas contra a defensiva soviética, se viu cercado em Stalingrado, não restando alternativa a não ser a rendição, após dois meses sendo massacrado pelo exército soviético e pelo intenso frio (MAGNOLI, 2009, p. 375).

Ao adotar uma posição defensiva e favorável, onde se conheça as características da área, conseguirá imprimir a iniciativa das ações. Porém, em caso de ser surpreendida, a força naval deveria reagir de forma agressiva, levando o inimigo a perdas substanciais, de forma a não permitir aproveitar a superioridade inicial. Algumas marinhas de médio e pequeno porte, nos séculos XIX e XX se viram nessa situação, tendo que se contrapor a forças navais numericamente superiores, porém se valendo do conhecimento detalhado dos aspectos geográficos e da iniciativa das ações (CORBETT, 2009, p. 855). Foi o caso da Marinha Imperial Japonesa, na Batalha de Tsushima, em 27 de maio de 1905, quando se deparou com uma marinha russa superior em número e tamanho dos navios, porém, o Japão, possuindo navios modernos e com grande poder de fogo, adotou táticas suficientemente agressivas para vencer a batalha, que levaria à vitória na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).

Corbett, também lançou as bases para as operações conjuntas, afirmando que a estratégia naval deveria estar integrada a estratégia terrestre, de forma combinada, atendendo inclusive as atividades de logística e transporte, apoiando quando necessário, o poder terrestre e visando o exército inimigo como um objetivo principal. Estaria desse modo subordinada a uma estratégia conjunta mais ampla, a qual ele chamava “*major strategy*”, voltada para os interesses políticos (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 61). A Guerra Russo-Japonesa, foi um exemplo de operação conjunta, na qual o poder naval foi parte fundamental para definir o rumo da guerra.

⁸ Batalha decisiva entre os exércitos da Alemanha e da União Soviética, entre julho de 1942 e fevereiro de 1943. A vitória soviética, mudou o curso da frente oriental na Segunda Guerra Mundial, em favor dos aliados.

Esses dois pensadores, porém, não discordavam em todos os aspectos. Quando se tratava do conceito de “esquadra em potência”⁹, se mostravam deliberadamente contra adotar essa estratégia como prioridade. Mahan alertava que a esquadra, mesmo concentrada, deveria estar em atividade e não permanecer passiva. Considerava porém, a esquadra em potência, como um recurso a ser utilizado por uma marinha inferior, para negar ao inimigo a possibilidade de obter o total controle do mar (MAHAN, 1890). Corbett também defendia que a esquadra deveria atuar de forma agressiva e não permanecer inativa. Somente aceitava o emprego da esquadra em potência, de forma a se preparar para realizar ofensivas pontuais ao inimigo, com o fim de negar à força superior, a possibilidade de empreender a batalha decisiva (CORBETT, 2009, p. 2518).

Em face do exposto, podemos depreender que, enquanto Mahan buscava principalmente uma marinha grande, poderosa e eficaz, capaz de alcançar e manter o domínio total dos oceanos, utilizando a superioridade esmagadora do poder naval, Corbett demonstrava como extrair a máxima eficiência de uma marinha balanceada, aproveitando as capacidades e características dos meios navais, de forma a exercer tão somente o controle das LCM, em local e por tempo determinado (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Dessa forma, ao estudar e aplicar os conceitos de Corbett e Mahan, certamente nos deparamos com a dialética “Esquadra de Controle” versus “Esquadra de Combate” (VIOLANTE, 2015, p. 228); ou seja, exercitar o patrulhamento constante com numerosos meios navais de menor porte, porém bem amados, atuando de forma dispersa, utilizando por vezes o bloqueio e estando inserido em uma estratégia nacional ou conquistar de forma definitiva e permanente, parcelas enormes do espaço marítimo, utilizando-se da concentração de grandes forças navais, para buscar a batalha decisiva e então, dominar as principais LCM do globo terrestre, com vistas a se tornar uma grande potência econômica e marítima.

⁹ Esquadra estabelecida em portos e bases bem defendidos, impondo ao oponente mais forte, a necessidade de manter vigilância constante, com o fim de impedir a sua atuação ofensiva.

3 APÓS A GUERRA, A DIVISÃO IDEOLÓGICA DA “PAZ”

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo se viu dividido politicamente entre duas ideologias, já presentes décadas atrás, mas que intensificaram suas diferenças e ganharam força por meio de disputas, buscando aliados governamentais ou não, para se alinhar a um dos lados e desequilibrar a balança geopolítica entre o capitalismo liberal norte-americano e o socialismo soviético. Essa divisão colocava em lados opostos, dois Estados ideologicamente antagônicos, que por interesses convergentes, haviam unido suas forças para derrotar a Alemanha nazista. Uma vez encerrada a guerra, as diferenças se acentuaram, colocando uma interrogação sobre a expectativa da paz duradoura. Essa tendência se confirmava, cada vez que as superpotências se viam apoiando contendores regionais sem, no entanto, se enfrentar diretamente (LACERDA, 2015, p. 304).

3.1 O contexto da Guerra Fria

Os EUA vinham crescendo economicamente após o término da Primeira Guerra Mundial, sendo favorecidos pelo isolacionismo, que lhe rendia dividendos, pela ajuda econômica fornecida para a reconstrução dos países que terminaram a guerra arrasados. Além disso, o isolamento geográfico também lhe proporcionava vantagem geopolítica, na medida em que não era passível de ser atacado em seu território, pelas principais potências existentes. Esses aspectos, possibilitaram uma rápida ascensão como potência econômica e militar, além de continuar alimentando sua cultura capitalista e seu desenvolvimento industrial e tecnológico (BLAINEY, 2010, p. 15). Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA se firmaram como potência mundial, passando a disputar uma corrida econômica, tecnológica, militar, armamentista e espacial contra a ex-URSS, que também não deixaria por menos.

O antigo Império Russo, deu lugar a um Estado comunista, após a Revolução Russa de 1917, comandada pelo intelectual e líder dos bolcheviques¹⁰, Vladimir Ulianov (1870-1924), conhecido pelo pseudônimo Lenin, após seu retorno do exílio na Suíça. Conseguindo apoio da Alemanha, Lenin tratou de retirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial, para não atrapalhar seus planos de expansão (BLAINEY, 2010, p. 67). Mesmo saindo devastada da guerra, a Rússia conseguiu retomar sua economia e prosseguiu como um Estado comunista em ascensão, inspirando outros Estados do leste europeu. Além de inspirar, apoiava militarmente grupos insurgentes, influenciando e possibilitando a tomada do poder em seus países. Com isso, em 1922, a Rússia instituiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), exercendo um poder centralizado e autoritário em Moscou. Após a morte de Lenin, o líder revolucionário e defensor dos ideais marxistas, Joseph Stalin (1878-1953), continuou impulsionando o desenvolvimento industrial e militar da então URSS, mesmo baseado em políticas controversas, às vezes confiscando bens e propriedades, outras vezes redistribuindo e incentivando a produção. Esse rápido desenvolvimento e a vitória sobre a Alemanha na Segunda Guerra Mundial, levou a ex-URSS a se tornar novamente, uma potência mundial, rivalizando com os EUA e instituindo o Pacto de Varsóvia¹¹, ao qual aderiram a Alemanha Oriental, Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia, além da URSS com seus 15 Estados satélites.

Os EUA, preocupados com a expansão comunista¹² durante a Guerra Fria, colocava em prática sua política de contenção, baseada nos estudos de George F. Kennan (1904-2005), devendo conquistar aliados na região costeira da Eurásia, com a finalidade de conter o avanço comunista, principalmente no sudeste asiático e leste europeu (MATTOS,

¹⁰ Segundo o dicionário de política da UnB, o termo indica o grupo de linha política e organizativa, imposta por Lenin ao Partido Operário Social-Democrático da Rússia (P.O.S.D.R.), no congresso de 1903.

¹¹ Tratado político para defesa mútua entre a URSS e demais Estados membros, estabelecido em 1955, em oposição à OTAN.

¹² Ideologia política, em que a classe dos proletariados conquista o poder pela força, extinguindo as diferenças entre classes sociais e assumindo o controle dos meios de produção.

2002, p. 24). Além disso, passou a disseminar sua ideologia política e econômica do capitalismo e liberalismo, além de fornecer apoio militar a seus aliados, em caso de necessidade, constituindo a base institucional da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Essa política agressiva, levou a reação soviética e a criação do já citado Pacto de Varsóvia, possibilitando principalmente, a interferência militar russa nos Estados membros do pacto.

Com isso, iniciava um longo período de ameaças entre as duas potências mundiais, além de diversos conflitos regionais, polarizando as ideologias divergentes e com atuações controladas das duas potências, denominado de Guerra Fria, em que as relações internacionais foram cuidadosamente articuladas, de forma a evitar o temido embate nuclear direto (BLAINEY, 2010, p. 172).

Outra característica marcante da Guerra Fria, foi a corrida armamentista. Essa disputa não significava apenas possuir as melhores armas, também era necessário possuir capacidade de atacar o adversário no seu território e se defender contra uma agressão inimiga. Também não era suficiente possuir tal capacidade, era necessário demonstrar. Neste ponto, os EUA já haviam demonstrado, ao lançar a bomba atômica, no final da Segunda Guerra Mundial. Também já possuíam a capacidade de atingir o setor oeste do território soviético, incluindo Moscou, com seu sistema de lançamento de mísseis Júpiter¹³, instalados na Itália e Turquia em 1961 (BLAINEY, 2010; PARSCH, 2002).

Pouco antes disso, em abril de 1961, os EUA haviam financiado, apoiado e treinado um grupo de insurgentes¹⁴, para invadir Cuba e depor o regime de Fidel Castro (1926-2016), que contrariava a política exterior norte-americana, tornando nacionais, diversas empresas, outrora multinacionais, em Cuba. Todavia, a tentativa de invasão da Baía dos

¹³ Mísseis balísticos PGM-19 Júpiter de ataque ao solo, com alcance de cerca de 1.800 milhas e cabeça de combate termonuclear.

¹⁴ Segundo o dicionário de política da UnB, insurgentes são grupos de movimentos, contra a opressão do povo e em prol da libertação geral, conduzidos de baixo para cima, visando derrubar o Governo existente.

Porcos¹⁵ foi malsucedida, mas suficiente para deixar o governo cubano em alerta, com a possibilidade de nova invasão ou ataque proveniente dos EUA (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 82). Após isso, o presidente cubano Fidel Castro, em reunião secreta com seu aliado soviético, o primeiro-ministro russo Nikita Khrushchev¹⁶ (1894-1971), solicitou a instalação de sistemas de lançamento de mísseis balísticos¹⁷ em Cuba, para dissuadir qualquer possibilidade de invasão dos EUA no seu território.

A ex-URSS via nesse impasse regional a obrigação de socorrer seu único aliado comunista no continente americano, a fim de evitar uma possível invasão estadunidense, além de uma oportunidade para continuar sua tentativa de exportar o socialismo soviético, a partir de suas relações para cooperação de defesa com Cuba (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 82). Estava em desvantagem no tabuleiro geopolítico mundial, mas com uma jogada estratégica brilhante, tentaria se igualar a capacidade norte-americana.

Os soviéticos já haviam demonstrado a capacidade de desenvolver e lançar armamento nuclear, comprovada em diversos testes realizados¹⁸. Faltava porém, a possibilidade de atingir o território dos EUA, com razoável precisão, eficácia e intensidade, de forma a saturar as suas defesas. A própria geografia conferia dois extensos oceanos como proteção ao território inimigo, sendo um ataque por bombardeio estratégico intercontinental, praticamente impensável, mesmo para os modernos e velozes Tupolev Tu-16¹⁹ soviéticos, devido ao seu alcance insuficiente ou para os turboélices Tupolev Tu-95, devido à velocidade baixa e pouca furtividade, que o tornava de fácil interceptação. Também não era uma opção muito vantajosa em termos táticos, um ataque por submarino nuclear lançador de mísseis

¹⁵ Plano de invasão da Baía dos Porcos, levado a termo por exilados cubanos, treinados em solo norte-americano, com o apoio velado da CIA.

¹⁶ Nikita Khrushchev foi o líder da URSS, como primeiro-secretário do Partido Comunista, de 1953 a 1964.

¹⁷ Mísseis que atingem camadas altas da atmosfera em sua trajetória, com a finalidade de alcançar grandes distâncias. Após a queima do combustível, o míssil segue uma trajetória balística, não podendo mais ser alterada.

¹⁸ Entre 1958 e 1961, a ex-URSS realizou diversos testes com artefatos nucleares. O mais poderoso deles foi o teste da "*Tsar Bomba*", que tinha a potência muitas vezes superior às bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, no fim da Segunda Guerra Mundial.

¹⁹ Bombardeiro turbo jato soviético, capaz de desenvolver altas velocidades, mas com alcance limitado.

balísticos, já que encontraria uma forte defesa centrada em uma força de navios aeródromos, com aeronaves de capacidade antissubmarino, além de destróieres também treinados para caçar e atacar submarinos (DOBBS, 2009).

Com a instalação dos sistemas lançadores de mísseis balísticos e sua operacionalização em Cuba, a ex-URSS se igualaria aos EUA em sua capacidade de atacar o inimigo em seu território (BLAINEY, 2010, p. 215). Porém, o transporte dos mísseis e demais componentes, até a instalação em solo cubano, precisaria ocorrer em sigilo, para não desencadear uma reação dos EUA, capaz de impedir essa etapa. Também seria necessário possuir uma solução alternativa, para o momento que se iniciasse uma inevitável reação dos EUA, o que não demorou a acontecer. Nesse caso, a ex-URSS exigiria a retirada do sistema de mísseis Júpiter da Turquia, como condição para negociar a interrupção da instalação dos seus mísseis em Cuba e a retirada dos que já se encontravam nesse país, operacionais ou não.

Sendo assim, a Guerra Fria teve um de seus momentos mais quentes, durante a chamada crise dos mísseis de Cuba, com as duas superpotências podendo unilateralmente, desencadear uma guerra nuclear de grandes proporções, a qual não poderia ser evitada nem mesmo pelo embaixador soviético nos EUA, Anatoly Dobrynin²⁰ (1919-2010), que exerceu o cargo por mais de 24 anos e encarou como uma de suas primeiras missões como embaixador, tratar das negociações com os EUA, durante a crise dos mísseis.

Considerando que, no contexto da Guerra Fria, as duas potências estavam ansiosas por uma ação real direta contra seu oponente, onde pudessem realizar demonstração de força, qualquer atitude poderia desencadear o conflito armado e a consequente utilização de armas nucleares por ambos os lados, o que não era desejado que ocorresse. Com essa intenção reprimida, a ex-URSS demonstrava atitude defensiva e assim permaneceu, após iniciada a crise dos mísseis de Cuba.

²⁰ Anatoly F. Dobrynin foi o embaixador soviético nos EUA, de 1962 até 1986. Durante a crise, protagonizou um episódio marcante, o encontro com Robert F. Kennedy, irmão do presidente norte-americano, em 27 de outubro de 1962, quando a tensão atingia seu ponto máximo.

3.2 Acontecimentos que culminaram na crise dos mísseis de Cuba

Os acontecimentos de agosto e setembro de 1962, já apontavam para uma elevação no nível de tensão entre EUA e ex-URSS, devido ao aumento significativo das comunicações entre navios soviéticos e os portos cubanos, denunciando uma movimentação anormal de carga em direção à ilha.

Boa parte dessa movimentação foi realizada em sigilo, porém com o aumento na movimentação de navios de carga seca e na quantidade de equipamentos sofisticados de grande porte, as operações soviéticas não ocorriam mais em segredo. Não foi somente a movimentação no mar, em setembro de 1962, que denunciou as intenções soviéticas em Cuba, mas também as grandes obras de infraestrutura militar, com estações de lançamento de mísseis nas cidades cubanas de *San Cristóbal e Guanajay*²¹, a cerca de 150 milhas do estado da Flórida, além da construção de grandes pistas de pouso, normalmente utilizadas para aeronaves de alto desempenho. Também foram avistados navios de guerra e submarinos soviéticos, próximos a Cuba, no mês de setembro. Além disso, dois incidentes ocorridos com aviões de patrulha S2F da força aérea dos EUA, partindo de Key West, na Flórida, em setembro de 1962, um deles envolvendo navios patrulha cubanos e outro envolvendo um avião soviético MIG-17²², foram decisivos na indicação de que as hostilidades estavam aumentando (EUA, 2001).

Antes disso, a URSS já havia instalado em Cuba, uma infraestrutura militar composta por 8 bases de lançamento de mísseis balísticos de médio alcance, de ataque ao solo, além de dezenas de aviões bombardeiros Il-28²³ e cerca de 5.000 militares soviéticos. Porém, essa capacidade ainda não era suficiente, visto que esses bombardeiros posicionados em Cuba não possuíam raio de ação e velocidade suficiente para ameaçar o território dos

²¹ Cidades localizadas estrategicamente a noroeste de Cuba, camufladas naturalmente por extensas áreas verdes, dificultando seu patrulhamento aéreo.

²² Avião de caça subsônico soviético *Mikoyan Fresco*, utilizado pela URSS durante a Guerra Fria.

²³ Aeronave para bombardeio de curto alcance, *Ilyushin Beagle Il-28*, pertencente à Força Aérea soviética.

EUA. Era necessário tornar operacionais, os sistemas lançadores de mísseis balísticos, além de dotar Cuba de uma quantidade significativa de tais armas estratégicas (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 95).

Nos dias que antecederam a crise, aviões de reconhecimento U-2²⁴, realizaram sobrevoos de Cuba, identificando possíveis instalações de lançamentos de mísseis balísticos. Em 16 de outubro, após a análise de novas fotografias aéreas obtidas nos últimos dias, confirmando a instalação dos sistemas de mísseis balísticos de médio alcance (MRBM)²⁵ em Guanajay, foi realizada reunião decisiva envolvendo o presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy (1917-1963), o secretário de defesa Robert McNamara (1916-2009), o *Joint Chief of Staff* (JCS)²⁶, o *Chief of Naval Operations* (CNO)²⁷, Almirante George W. Anderson (1906-1992), entre outras autoridades civis e militares dos EUA, quando ficou decidido empreender medidas militares contra Cuba e o bloco soviético, para deter a movimentação de mísseis balísticos. Iniciava então o tenso período de 13 dias de crise, que iriam abalar o cenário militar e político da Guerra Fria e deixar o mundo a beira de uma guerra nuclear (EUA, 2001).

Uma vez estando determinados a impedir o posicionamento das armas ofensivas em solo cubano, os EUA tinham uma difícil decisão pela frente. Adotar uma atitude puramente diplomática como a negociação, poderia lhes causar o risco de parecerem acuados perante a ameaça soviética, dando a Moscou, a possibilidade de avançar nas ofensivas. Por outro lado, ao partir para um ataque aéreo ou invasão contra Cuba, se tornariam nos principais agressores, perante a opinião pública internacional, fato que poderia ser bem explorado pela URSS na Organização das Nações Unidas (ONU), no sentido de forçar uma resolução contra os EUA, baseado no princípio da legítima defesa (TREZE..., 2000).

²⁴ Aeronave de reconhecimento *Lockheed "U-2"*, capaz de realizar levantamento fotográfico a altitudes elevadas.

²⁵ Mísseis estratégicos de ataque ao solo, com alcance entre 1.000 e 3.000 km, capazes de atingir cerca de um terço do território estadunidense.

²⁶ Chefe do Estado-Maior Conjunto (tradução nossa).

²⁷ Comandante de Operações Navais (tradução nossa).

As possíveis alternativas, cuidadosamente investigadas por um gabinete composto pelos conselheiros de maior confiança do presidente Kennedy, foram as seguintes (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 111):

1. Não tomar medida alguma, considerando que a ameaça de mísseis soviéticos não era novidade e que a possibilidade de ser atacado a partir de Cuba faria pouca diferença;
2. Exercer pressão diplomática, apresentando um ultimato para a URSS retirar os mísseis, sem um confronto militar;
3. Aproximar-se do governo de Fidel Castro, oferecendo uma oportunidade de romper com Moscou e com o comunismo;
4. Realizar uma invasão de Cuba, não apenas para remover os lançadores de mísseis, como também aproveitar para se livrar do governo comunista;
5. Efetuar um ataque aéreo para destruir os sistemas de mísseis, antes que pudessem se tornar operacionais e representar uma ameaça maior; e
6. Efetuar um bloqueio naval de Cuba, impedindo a entrada de qualquer navio transportando armas ofensivas.

Todas as opções, apresentavam suas vantagens e desvantagens, mas principalmente seus riscos, sendo decidido pela realização do bloqueio naval, com a finalidade de impedir o transporte de mísseis ou qualquer arma ofensiva para Cuba, associado a pressões diplomáticas na ONU, para conseguir a retirada dos mísseis que já estavam na ilha.

Essa decisão apresentava o risco de um confronto militar entre as forças navais, caso a situação saísse de controle (DOBBS, 2009, p. 47). Por parte dos EUA, diversos navios de guerra se encontravam no mar em treinamento, como navios aeródromos, cruzadores, destróieres, navios de desembarque e submarinos, facilitando a rápida movimentação para compor a força naval, sem denunciar a real intenção de se posicionar para um bloqueio naval, ao menos por algum tempo. Quanto aos soviéticos, também haviam despachado em sigilo,

rumo ao atlântico, dezenas de navios de guerra, que estariam prontos para reagir, em caso de necessidade.

Como já se conheciam as causas da crise e o conflito parecia iminente, seria necessário acompanhar constantemente os movimentos dos navios em direção à Cuba e identificar suas intenções, que poderiam culminar em um conflito armado, para então dissipá-los e conduzir a situação para uma solução pacífica. Como afirmou Luigi Bonanate (2001, p. 98), conhecendo as causas do conflito, poderíamos evitá-los ou minimizar os seus danos. Nesse caso os danos seriam catastróficos e não poderiam ser revertidos a médio prazo, portanto a única opção que restava seria evitar o conflito.

Pelas tratativas que ocorreram entre alguns chefes de Estado, nas horas que antecederam a quarentena²⁸, vemos que ainda tentavam evitar a crise, de forma diplomática. O próprio embaixador soviético na ONU, Valerian A. Zorin (1902-1986), respondendo também como Presidente do Conselho de Segurança, recebeu uma carta com as intenções dos EUA, de estabelecer um bloqueio limitado. Essa comunicação foi suficiente para iniciar uma negociação, que viria a evitar o conflito armado (EUA, 2001). O presidente norte-americano e seu secretário de defesa não queriam o conflito, bem como o líder soviético Khrushchev. Somente alguns Generais desejavam o conflito armado, como uma forma de impor a superioridade frente ao inimigo e ditar um novo rumo à Guerra Fria.

Estamos falando de uma época em que o próprio Franklin Delano Roosevelt²⁹ (1882-1945) queria o fim para o início das guerras (MAGNOLI, 2009, p. 9). A ONU também queria, mas não demonstrou essa capacidade, talvez porque no decorrer de toda a Guerra Fria e mesmo após, teve como principal peso nas decisões, os interesses de Estados com ideologias diversas como EUA, ex-URSS e China. Woodrow Wilson³⁰ (1856-1924), ao final

²⁸ Termo atribuído ao bloqueio naval, pelos EUA, com a finalidade de afastar qualquer interpretação como sendo um ato de guerra (DOBBS, 2009, p. 56).

²⁹ Franklin D. Roosevelt foi presidente dos EUA de 1933 a 1945.

³⁰ Woodrow Wilson foi presidente dos EUA de 1913 a 1921.

da Primeira Guerra Mundial, também desejava uma Liga das Nações³¹ (MAGNOLI, 2009) capaz de evitar todo e qualquer conflito armado, mas infelizmente sua voz não encontrou eco na população de seu país e assim, a tal liga não teve peso suficiente, para evitar o início da Segunda Guerra Mundial.

3.3 Construção da ameaça

O fato puramente da instalação dos sistemas de mísseis em Cuba, não define completamente a ameaça. Em uma democracia, é necessário que a sociedade seja convencida do perigo, antes de apoiar a ação do Estado. O Estado constrói e delimita a sua percepção das possíveis consequências de determinado fato, definindo o grau dessa ameaça, de forma a conquistar a opinião pública e fazer esta enxergar a gravidade, com a mesma visão do Estado. A sociedade estará, dessa forma, convencida de que a ameaça representa exatamente a descrição proposta pelo Estado. A partir daí, estará aberto o terreno para a escalada da crise, de forma controlada e de acordo com os interesses nacionais.

Na crise analisada, a ameaça foi construída de forma sistemática, juntando algumas evidências baseadas nas análises de imagens aéreas, a crescente movimentação de navios em direção aos portos cubanos, a corrida por parte dos dois lados em possuir a capacidade de se defender de um ataque oponente, mas principalmente a capacidade de atacar o território do adversário.

Os EUA já possuíam essa capacidade de lançar um ataque por mísseis balísticos, com cabeça de combate nuclear ou não, diretamente em solo russo, devido aos mísseis intercontinentais disponíveis no território estadunidense em grande quantidade, além dos sistemas de mísseis Júpiter de médio alcance, instalados na Turquia anos atrás. Essa estratégia de construção da ameaça, estava constantemente presente nas ações de defesa dos EUA.

³¹ Liga criada em 1919, após o fim da Primeira Guerra Mundial, durante a Conferência de Paz de Paris. Possuía como meta, "Tornar o 'mundo seguro para a democracia'." (MAGNOLI, 2009, p. 344).

Inicialmente construía-se uma capacidade inovadora, fosse em termos de um armamento inovador, como a bomba atômica, ou uma plataforma de lançamento aperfeiçoada, como os submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos, depois disseminavam informações suficientemente convincentes, de que o inimigo é quem detinha essas capacidades, então argumentavam que era necessário desenvolver a contramedida para se opor a essas ameaças (DOBBS, 2009, p. 167).

Essa possibilidade de ser atingido no seu território durante a Guerra Fria, jamais foi comprovada, mas serviu como argumento para gastos consideráveis em armamento e defesa, bem como para justificar a premente necessidade de implementar o bloqueio naval de Cuba.

3.4 Desenvolvimento do bloqueio naval e suas consequências

O bloqueio naval representou somente uma parte do emprego do poder naval. Outras ações e operações foram realizadas antes do bloqueio iniciar, como a preparação para defesa de Porto Rico, reforço da Base Naval de Guantánamo³² com fuzileiros navais e evacuação dos não combatentes, além da concentração de diversos esquadrões de aeronaves de ataque e bombardeio, nas bases aéreas do estado da Flórida (EUA, 2001). Com toda essa mobilização, a crise poderia ter sido conduzida de forma a distender, mesmo sem a realização do bloqueio, pois essa movimentação, somada à presença da força naval na área, já demonstrava um grande poder de dissuasão, pronto para ser utilizado na manobra de crise.

Antes de iniciar as ações, os EUA montaram uma rede de apoiadores, por meio do envio de mensagens de motivação e reafirmação de cooperação mútua. Faziam promessas às nações latino-americanas, em troca de ajuda militar, quando e onde fosse necessário. Na estratégia da propaganda, os EUA atribuíram aos seus aliados a nomeação de mundo livre,

³² Base naval norte-americana, estabelecida na província de Guantánamo, em Cuba. Abriga desde 2001, a prisão de Guantánamo, para prisioneiros acusados de terrorismo.

como uma forma de argumento, para angariar apoio na luta contra a ideologia comunista. Por detrás dessa promessa de apoio futuro, existia o receio dos EUA, de possíveis insurgências de grupos pertencentes a países da América Latina, defensores do comunismo, que poderiam agravar a ameaça já existente (EUA, 2001).

A propaganda, tanto externa quanto interna, era realmente intensa. Para os não combatentes evacuados de Guantánamo, foi dirigida a seguinte mensagem, no mesmo dia de sua retirada:

A maneira calma e serena com que vocês aceitaram a ameaça de um possível perigo, enquanto viviam em Guantánamo, tem sido vista com admiração e respeito. Agora nosso julgamento diz que vocês devem deixar a cena de perigo crescente, para sua própria segurança. Tenho certeza de que aceitarão esta atitude com o mesmo espírito que têm demonstrado, durante sua estadia em Guantánamo. Tenham certeza de que faremos todo o possível para prover seu bem estar nos próximos dias (EUA, 2001, p. 2, tradução nossa).³³

Toda essa propaganda visava conquistar o apoio, mas não somente apoio, como também a consideração e estima de todos os cidadãos, fundamental para legitimar as ações em curso.

Do mesmo modo, o bloco soviético e Estados satélites distribuía propaganda contra os EUA. Essa propaganda era basicamente contrária ao capitalismo. Alegava que o capitalismo praticado representava uma forma de vida que favorecia pequenas classes em detrimento da maioria, que era baseado no consumismo exagerado e desnecessário e que levaria o Estado ao declínio. Contudo, diversos países distantes da crise e da rivalidade, apoiaram os EUA, como por exemplo o Japão, as Filipinas e até mesmo a China. O bloco socialista angariava pouco apoio fora do seu espaço geográfico eurasiático. Cuba era o Estado adepto do comunismo, mais afastado geograficamente e o único no mundo ocidental (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 83).

³³ No original: *"The calm and serene manner in which you have accepted the threat of possible personal danger while living in Guantanamo has been viewed with admiration and respect. Now our judgment dictates that you should leave the scene of an increasing danger to your own safety. I am sure you will accept this action with the same fine spirit that has been so obvious throughout your stay at Guantanamo. Rest assured that we will do all possible to provide for your welfare in the days ahead."*

Uma grande preocupação demonstrada, foi quanto a reação que o bloqueio poderia provocar na URSS. Afinal, a dissuasão contra a transferência dos mísseis para Cuba, seria capaz de fazer frente ao poderoso conjunto de Estados componentes do Pacto de Varsóvia ou da União Soviética? Até mesmo o nome da ação foi cuidadosamente escolhido de forma a não caracterizar um ato de guerra, por isso chamaram de quarentena e não de bloqueio.

Outra atitude planejada de forma deliberada, foi a não realização de novos tratados ou acordos de segurança, além dos já existentes como a Carta das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a OTAN. Caso contrário, poderia ser interpretado como presságio de um conflito e originar alianças do lado oposto. Ao invés disso, foram realizados contatos bilaterais discretos, inclusive entre o Almirante George Anderson, Comandante de Operações Navais da Marinha dos EUA e os líderes de diversas marinhas da América Latina, solicitando a cooperação deles, quando necessário. Essa estratégia mostrou resultado e foi comprovada pelo apoio que obteve em assembleia da OEA, recebendo dezenove votos a favor da quarentena e nenhum voto contra. O apoio fora confirmado logo no início da quarentena, quando algumas marinhas sul-americanas colocaram navios a disposição para serem empregados na crise. Também a Coreia do Sul, Filipinas e Vietnã do sul, confirmaram seu apoio à decisão dos EUA, além de seus tradicionais aliados na Europa ocidental e Canadá (EUA, 2001).

O início do bloqueio não foi precedido por uma declaração de guerra, ao contrário, foi marcado por um discurso do presidente John F. Kennedy, com dois dias de antecedência do início da quarentena, endereçado não somente ao povo estadunidense, mas também à URSS, aos Estados aliados e a diversos países da América Latina (EUA, 2001). Outra forma inteligente de descaracterizar como ato de guerra e utilizar como argumentação nas negociações de paz posteriores.

O bloqueio iniciou de forma limitada, visando somente armas, mais uma tentativa de não levar a uma interpretação de ato de guerra, por parte dos demais Estados. Posteriormente, a operação seria estendida a todas as embarcações e por mais que se quisesse dissimular, não tinha como descaracterizar o bloqueio, mesmo chamando de quarentena. No contexto do Direito Internacional, a Doutrina Militar Naval (BRASIL, 2017, p. 3-10) cita que "a *operação de bloqueio* tem por finalidade evitar que navios de todos os Estados, inimigos e neutros, entrem ou saiam de específicos portos e áreas costeiras pertencentes, ocupadas, ou sob controle de um Estado inimigo." Já estava, portanto, caracterizado o bloqueio. Os próximos passos planejados, mas não executados, seriam os ataques aéreos em alvos militares em terra e finalmente a invasão de Cuba.

Mesmo após o início do bloqueio, não houve uma reação imediata em termos de movimentação militar, por parte dos membros do bloco soviético. As reações se limitaram a trocas de acusações e ameaças. Os soviéticos afirmavam que se os EUA afundassem um navio ou submarino, haveria uma guerra total, sentimento que era compartilhado do lado oposto, levando a uma tendência defensiva por parte dos dois lados. Até mesmo os cinco submarinos³⁴ soviéticos avistados na região do Caribe, não demonstraram atitude ofensiva e não lançaram uma arma sequer. Após alguns lançamentos de bombas com pequena carga de profundidade por aeronaves da força naval do bloqueio, mais com a função de alertar os submarinos soviéticos do que afundá-los, os submarinos vieram à superfície e realizaram contato, sendo convencidos a deixar a área da quarentena. Também não havia informação de inteligência da *Central Intelligence Agency* (CIA), que indicasse movimento de reação da URSS (EUA, 2001). Internamente, nos Estados soviéticos, como por exemplo na Polônia, a intenção era diminuir a importância e gravidade da crise, para não criar pânico e desabastecimento de alimentos. Nem mesmo aumentaram sua atividade militar de forma

³⁴ Os submarinos eram convencionais das classes "Foxtrot" e "Zulu", portanto não possuíam grande autonomia quando submersos (DOBBS, 2009, p. 61).

considerável. Na realidade não era mesmo esperada reação militar imediata. O discurso presente por parte dos EUA, constantemente induzia a crença de que a ameaça era iminente. Não fosse assim, dificilmente conseguiriam justificar a intensa movimentação da força naval em reação ao seu rival soviético.

Outro fato interessante é que a operação foi planejada e executada em sigilo absoluto por parte dos EUA. Os planos de operação detalhados, somente foram emitidos para os Comandantes envolvidos, cerca de 12 horas antes do início do bloqueio (EUA, 2001). Se por um lado essa estratégia favorece a surpresa, por outro, retarda a sua utilização como meio de dissuasão, o que poderia ocorrer mesmo durante o seu planejamento. Além disso, para que uma operação de bloqueio seja efetiva como forma de distensão da crise, necessita ser divulgada no momento oportuno, de forma planejada, juntamente com as intenções futuras, de forma a dissuadir qualquer intenção hostil do oponente, bem como notificar aos Estados neutros, da sua existência. Com relação ao sigilo, é importante pesar qual decisão irá surtir melhor efeito. Uma operação de bloqueio declarada antecipadamente, poderá proporcionar a dissuasão desejada, mas em contrapartida, permitir ao oponente a preparação adequada para se opor a futura ameaça ou até mesmo levar o inimigo a agir antecipadamente, tomando a iniciativa das ações.

O bloqueio transcorreu nos primeiros dois dias sem atividades suspeitas, que pudessem provocar uma reação mais agressiva por parte da força naval dos EUA. Alguns navios soviéticos que estavam com rumo em direção a Cuba, foram inicialmente acompanhados por navios da força de bloqueio, mas inverteram seu rumo antes de alcançarem a linha do bloqueio. Como não se aproximaram da área da quarentena, não foram inspecionados, mas a atitude de inverter o rumo, indica a possibilidade de estarem transportando os sistemas de mísseis. Posteriormente, foi confirmada a informação de que os navios se dirigiam de volta aos portos soviéticos. Os primeiros dois navios russos

interceptados, com rumo que indicasse sua entrada em breve, na linha de quarentena, comprovaram suas cargas próprias de navio tanque e foram autorizados a seguir destino em direção à Cuba, sem a necessidade de inspeção a bordo (DOBBS, 2009, p. 116).

Assim transcorreram os primeiros dias da quarentena, em meio a algumas intercepções e inspeções de navios de diversas nacionalidades, sem anormalidades em suas cargas. Também prosseguiram as negociações tanto no gabinete de crise dos EUA, quanto nas rodadas da ONU, sem grandes avanços, mas também sem indicações de agravamento na situação.

Dois dias após o início do bloqueio, o primeiro-ministro Khrushchev enviou uma carta ao presidente Kennedy, aceitando manter seus navios fora da área da quarentena. Em seguida, o Secretário-geral da ONU, Sithu U. Thant³⁵, contactou o presidente cubano Fidel Castro, propondo a suspensão dos trabalhos nas bases de mísseis, ao mesmo tempo em que solicitou ao governo dos EUA interromper a quarentena temporariamente. Khrushchev então concordou em retirar os mísseis de Cuba e em contrapartida solicitou aos EUA a retirada dos mísseis Júpiter da Turquia (EUA, 2001). Essas declarações foram imediatamente divulgadas pela grande agência de notícias russa, TASS³⁶, sendo usadas como propaganda para ganhar força e apoio para a negociação de um acordo pacífico, mas que atendesse aos interesses nacionais russos.

No mesmo dia, um reconhecimento aéreo mostrava que seis sistemas de mísseis balísticos de médio alcance (MRBM) pareciam estar operacionais e mais três sistemas de mísseis balísticos de alcance intermediário (IRBM)³⁷ continuavam suas obras, de forma acelerada, demonstrando uma incoerência entre a solução proposta por Khrushchev e as ações em andamento no território cubano (DOBBS, 2009, P. 164).

³⁵ Diplomata da Birmânia, que exerceu o cargo de Secretário-geral da ONU, de 1961 a 1971.

³⁶ Conceituada agência russa de notícias, desde 1904.

³⁷ Mísseis estratégicos de ataque ao solo, com alcance superior a 3.000 km, capazes de atingir mais da metade do território norte-americano.

Dessa forma, as exigências soviéticas foram consideradas conflitantes e inconsistentes pelo presidente Kennedy, que respondeu por meio da imprensa, no dia seguinte, informando a necessidade de lidar com a ameaça de forma mais enérgica e desconsiderando a possibilidade de um acordo. A situação então, se agravava naquele quarto dia de quarentena. Diversos países na África e América Latina ofereceram o fechamento de seu espaço aéreo para sobrevoo de aeronaves soviéticas, além de outros apoios, caso solicitados. Após esse desentendimento dos líderes, a vigilância aérea na área de interceptação foi intensificada, com a orientação inclusive de realizar ataque aéreo a Cuba, caso alguma aeronave fosse abatida. No mesmo dia chegou a ser registrado um incidente, no qual o representante de defesa de Cuba afirmou ter disparado com armas antiaéreas, contra aeronaves consideradas hostis, que se aproximaram de Cuba. Realmente duas aeronaves de reconhecimento e patrulha dos EUA retornaram as suas bases, com avarias provocadas por disparos (EUA, 2001).

Diante do impasse, Khrushchev determinou o desmonte e retirada das armas consideradas ofensivas pelos EUA, o que evitaria uma ação por parte dos EUA no sentido de destruir as bases de lançamento em Cuba. Após essa decisão, seguida de negociações com o secretário-geral da ONU para inspecionar a retirada dos mísseis, o Estado-Maior Conjunto, em entendimento com o Comandante de Operações Navais, o secretário de defesa dos EUA, Robert McNamara e o presidente John F. Kennedy, decidiram não tomar medidas mais agressivas contra Cuba. As inspeções pela ONU, conforme acordado, seriam permitidas apenas após a conclusão da retirada dos mísseis. A desmontagem e retirada completa levaria cerca de duas semanas. Essa medida visava resguardar informações confidenciais, visto que a URSS desenvolvia sua própria tecnologia de ponta, em termo de armamentos (EUA, 2001).

Com isso, os mísseis balísticos estavam sendo retirados, mas a URSS ainda mantinha a operação de submarinos próximos à Cuba, inclusive com apoio logístico das bases

cubanas. Esses submarinos SLMB³⁸ operando próximos de Cuba, poderiam atacar o território estadunidense, além de oferecer perigo ao tráfego marítimo, nas rotas largamente utilizadas pelos navios, com destino aos portos do Caribe e América do Sul. Essa situação ainda representava uma ameaça aos EUA. Como reação imediata, os EUA estabeleceram que os submarinos soviéticos estavam incluídos na condição de armas ofensivas e portanto, também deveriam ser afastados das bases cubanas. Além disso continuaram com os voos de patrulha e reconhecimento aéreo, com a finalidade de identificar qualquer movimento suspeito. Alguns incidentes chegaram a ocorrer envolvendo aeronaves do *Commander in Chief, Atlantic* (CINCLANT) e MIG-21³⁹ soviéticos, inclusive com o abatimento de uma aeronave U-2 e consequente morte do piloto estadunidense (EUA, 2001).

Como o governo cubano não permitiu a inspeção da ONU no seu território, os soviéticos permitiram aos EUA, inspecionar os navios que transportavam os mísseis para fora de Cuba, de acordo com suas quantidades e tipos, sendo mísseis balísticos de médio alcance e mísseis balísticos de alcance intermediário.

Ainda permanecia a pendência dos bombardeiros IL-28 em território cubano e ambos os lados negociavam essa retirada, em contrapartida da promessa de não invasão de Cuba. Junto com essa promessa dos EUA, foi negociada também, a retirada dos contingentes de militares soviéticos de Cuba. Nesses termos, foi proposto pelos soviéticos a retirada dos IL-28 e aceito pelo presidente cubano, dando fim a crise dos mísseis de Cuba.

No próximo capítulo será verificado se o bloqueio estudado teve aderência às teorias de emprego do poder naval, bem como se foi eficaz para a resolução da crise.

³⁸ Submarinos lançadores de mísseis balísticos.

³⁹ Avião de caça supersônico soviético *Mikoyan Fishbed*, utilizado pela URSS durante a Guerra Fria.

4 SEMELHANÇAS DO BLOQUEIO NAVAL COM OS MODELOS DE MAHAN E CORBETT

Nesta seção, iremos analisar como as forças navais dos EUA foram posicionadas e direcionadas inicialmente, visando verificar a aderência do bloqueio aos modelos de emprego do poder naval, difundidos por Alfred Thayer Mahan e Julian Stafford Corbett.

A forma de bloqueio empregada pelos EUA, concentrava as forças navais principais do CINCLANT⁴⁰, com diversos navios aeródromos, além de cruzadores e destróieres, em torno de um ponto fixo de coordenadas 27N e 68W, cerca de 700 milhas a nordeste de Cuba (FIG. 1). Além dessa força concentrada de bloqueio, posicionaram uma força menor entre o sul da Flórida e a costa norte de Cuba, para se defender de possíveis ataques aéreos partindo do território cubano e uma força de desembarque em Guantánamo, para a defesa da Base Naval (EUA, 2001). Essa disposição inicial, concentrava meios, capacidades e forças, conforme pregava Mahan, contribuindo para ações decisivas, desde que o local escolhido fosse planejado de acordo com informações confiáveis, de forma a concentrar a capacidade onde seria mais decisivo, no caso do conflito se tornar inevitável. Ao contrário do que defendia Corbett, a força naval principal não foi dividida, além do estritamente necessário para autodefesa.

Parece que Mahan antecipava a situação de Cuba, quando afirmou que era necessário o controle dessa ilha para controlar as LCM da região do Caribe (MAHAN, 1890, p. 777). Mesmo que a intenção da URSS em Cuba, fosse somente alcançar a capacidade de atingir o território norte-americano com mísseis, não é errado concluir que o domínio e influência soviética, também atenderiam a propósitos de controle de uma região central com alta confluência de rotas marítimas e portanto de relevância estratégica e comercial.

⁴⁰ CINCLANT – Comandante-em-chefe do Atlântico (tradução nossa), baseado em Norfolk, no estado da Virgínia.

Com relação ao controle de bases de apoio ultramarinas, mais uma vez encontramos semelhanças aos ensinamentos de Mahan, uma vez que a base naval de Guantánamo, mesmo estando em território inimigo, foi reforçada, além de mantido seu controle e operação pelos EUA durante todo o bloqueio. A base militar de Porto Rico, que se encontrava suficientemente próxima para servir de ponto de apoio, também foi reforçada e poderia ser utilizada conforme necessário.

A decisão pelo bloqueio naval, no entanto, bem como sua finalidade, se aproxima mais dos conceitos de Corbett, pois claramente está sendo empregado a serviço de um propósito maior e não como um fim em si mesmo. Seguindo a mesma linha de raciocínio, vemos que, apesar de estar relacionado com o tráfego marítimo, o bloqueio não possuía o domínio das LCM, como objetivo principal a ser alcançado, mas tão somente visava impedir o transporte de sistemas de mísseis para Cuba, além da retirada dos já instalados, denotando mais uma vez, a subordinação dos objetivos militares aos objetivos políticos, como Corbett bem apreendeu de seus estudos clausewitzianos (CORBETT, 2009).

Analisando as ações da URSS, também podemos notar uma aderência aos ensinamentos de Corbett, principalmente no aspecto político. O que se pretendia alcançar não era somente a capacidade de operação dos mísseis balísticos em Cuba. Pelo rápido desenrolar do conflito, parece que esse nem mesmo era o objetivo principal. Na realidade a grande conquista foi alcançada na mesa de negociação, como prevista e defendida por Corbett. Sendo assim, a URSS já tinha planos de negociação com vistas a conquistar mais do que ceder, ganhar mais do que perder. Ou seja, conseguir a retirada dos mísseis Júpiter da Turquia e a promessa de os EUA não tentar invadir Cuba novamente, as custas apenas da desistência soviética quanto à instalação dos mísseis em Cuba. Na prática, a URSS estava retornando à condição inicial, existente no início daquele mesmo ano, na qual já não possuía a capacidade de ataque ao território norte-americano, tendo conseguido uma grande vitória diplomática.

Outra significativa semelhança com os ensinamentos de Corbett, foi que a defensiva apresenta vantagem sobre a ofensiva, já durante o planejamento (CORBETT, 2009). Na operação naval analisada, vimos que a preparação dos EUA para o bloqueio e para um possível combate, em termos de meios navais, terrestres e aéreos mobilizados, superou em muito o número de meios soviéticos disponíveis. Apesar de não ter ocorrido o conflito armado, foi mobilizada e empregada uma diplomacia naval representada por centenas de meios navais e aeronavais, além de contingentes terrestres e aéreos, para garantir uma dissuasão efetiva.

Quanto a opção dos EUA por realizar o bloqueio, dentre diversas opções, entre elas a invasão de Cuba, vemos outra aderência aos ensinamentos de Corbett. A escolha por um bloqueio e não uma invasão, reflete a opção por uma ação limitada, empregando uma estratégia proporcional ao objetivo principal, que era forçar a retirada dos mísseis de Cuba (CORBETT, 2009). Também remete a classificação, segundo Corbett, de bloqueio comercial e bloqueio militar, sendo empregado este último, com a finalidade de persuadir o inimigo a tomar uma decisão.

Quanto ao estabelecimento do domínio marítimo, vemos uma dialética interessante pois, neste ponto, o bloqueio naval de Cuba se mostra aderente aos dois pensadores. Por um lado, se mostra adequado ao modelo corbettiano, pois foi estabelecido dentro de um limite geográfico ao redor de Cuba, além de ter permanecido ativo apenas pelo tempo necessário ao atingimento do seu propósito, qual seja o de impedir a entrada de armamento ofensivo soviético em Cuba e forçar a retirada dos mísseis já instalados. Por outra perspectiva, se encaixa também no modelo mahaniano, uma vez que garantiu aos EUA um domínio completo sobre a área do bloqueio, devido a sua incontestável superioridade de meios e liberdade de ação, impondo sua vontade ao oponente.

No quadro a seguir, vemos um resumo dos aspectos e características observadas no emprego do poder naval, durante a crise dos mísseis, que apresentaram aderência às teorias de Mahan ou Corbett.

QUADRO 1

Características que apresentaram aderência às teorias analisadas

Mahan	Corbett
Força principal foi concentrada inicialmente	Emprego do bloqueio para alcançar objetivo político
Controle de Cuba para controlar as LCM do Caribe	Defensiva apresenta vantagem sobre a ofensiva
Controle de bases de apoio ultramarinas	Estratégia proporcional ao objetivo principal
Domínio completo sobre a área do bloqueio	Domínio marítimo limitado no tempo e espaço

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos observar, que os aspectos operacionais e estratégicos deste emprego do poder naval na manobra de crise analisada, se assemelham em parte aos ensinamentos de Mahan, bem como em outros aspectos, aos ensinamentos de Corbett.

Nas próximas seções do capítulo, serão analisadas a efetividade da diplomacia naval e do bloqueio naval, na distensão da crise dos mísseis.

4.1 Diplomacia Naval

Ao analisar uma situação de crise, é importante verificarmos que antes mesmo da decisão de empregar o poder naval, já estão sendo articuladas no nível político e estratégico, diversas ações diplomáticas, com a intenção de controlar a crise para, de acordo com os interesses nacionais, manobrar a situação propositadamente, em direção a escalada ou a distensão. A diplomacia naval, ferramenta essencial nas relações exteriores, se reveste na

forma de movimentações constantes dos meios navais, incluindo operações benignas em diversas localidades, demonstrando presença e capacidade de reação (BRASIL, 2017, p. 5-1).

Essa diplomacia naval não deve esperar a crise se tornar realidade, por outro lado, deve manter estreito relacionamento com outros Estados, incluindo visitas diplomáticas de navios de guerra e exercícios combinados entre as marinhas. Considerando que as relações internacionais estão se tornando mais voláteis e incertas, por vezes, os decisores não terão disponíveis, as informações importantes e cruciais, sendo necessário o constante emprego da diplomacia, da qual a existência de um poder naval adequado, tem se mostrado um instrumento fundamental.

Como podemos observar a partir da afirmação de Coutau-Bégarie (2010, p. 485), “A estratégia naval se vê assim flanqueada por uma diplomacia naval cada vez mais intensa, que se exerce de maneira quase permanente, mas que se manifesta naturalmente, de maneira espetacular, em caso de crises públicas.” Podemos verificar, que para ser efetiva, a principal característica da dissuasão é a presença da força naval. Além disso, também é necessário que essa força seja adequada, bem dimensionada e possua credibilidade comprovada em situações reais de emprego. Possuir poder naval, apesar de necessário, não é suficiente para exercer dissuasão, fator necessário para um efeito diplomático eficaz.

Aplicando ao caso da crise dos mísseis de Cuba, também teria sido alcançada uma dissuasão eficaz, por meio da realização de outras operações diversas do bloqueio, como operações de esclarecimento ou operação de interdição marítima, mostrando presença e exercendo a diplomacia naval, com o fim de buscar a resolução pacífica do conflito.

4.2 Efetividade do bloqueio naval na distensão da crise

Para dar efetividade ao bloqueio naval, foi estabelecido como área proibida à passagem de navios soviéticos contendo armas, o espaço entre os paralelos de 15N e 30N e a

oeste do meridiano de 60W. Após o início do bloqueio, foi estabelecida como área de interceptação, o interior formado por dois círculos de 500 MN de raio, centradas nas cidades de Havana e Cabo Maysi (EUA, 2001).

O bloqueio naval, que fora anunciado dois dias antes, começou a demonstrar sua efetividade, quando interceptações de rádio indicavam que alguns navios soviéticos navegando em direção à Cuba, estavam invertendo seus rumos. Essas informações foram comprovadas posteriormente, confirmando que tais navios regressavam a seus portos russos. O primeiro navio que efetivamente sofreu abordagem e recebeu a equipe de inspeção a bordo, demonstrou atitude cooperativa. Tratava-se do navio libanês *Marucla*, que comprovou transportar carga que não se enquadrava como carga proibida pela quarentena, sendo autorizado a seguir seu curso para Cuba (DOBBS, 2009).

Apesar de podermos confirmar a efetividade do bloqueio na dissuasão da crise, visto que a partir do estabelecimento, nenhum navio contendo armamento ofensivo alcançou porto cubano, vemos que os líderes políticos dos dois Estados conduziram a situação, de forma a se encaminhar para a solução pacífica, como se o bloqueio já fosse esperado pelas duas partes do conflito. O risco da guerra nuclear, já se mostrara suficiente para induzir os dois líderes a buscar a solução para a crise. Um dia após o presidente Kennedy proferir o discurso e anunciar o bloqueio naval, Zorin, como embaixador soviético na ONU, reconheceu a existência da crise e demonstrou o desejo pela solução pacífica, bem como a intenção soviética de não deflagrar um confronto direto com os EUA (EUA, 2001). Pronunciava isso como se já quisesse uma solução pacífica para o fim da quarentena, recém iniciada. Na realidade tanto Zorin, quanto Khrushchev, queriam mesmo. Como veremos adiante, a negociação beneficiou em grande parte URSS, mas também reduziu este tipo de ameaça por mísseis balísticos ao território estadunidense. Deixava desde então, a questão aberta para o diálogo.

Apesar das negociações estarem em andamento, enquanto não resultassem em uma solução para a crise, o bloqueio naval fora mantido, com a finalidade de evitar a entrada em Cuba, de mais sistemas de mísseis e para forçar uma dissuasão e levar a um acordo diplomático.

Com a iniciativa do primeiro-ministro russo, de negociar a retirada dos mísseis, a URSS voltou a intensificar a sua propaganda como uma forma de conseguir convencer os EUA da retirada dos mísseis Júpiter da Turquia e Itália como contrapartida à retirada dos mísseis de Cuba, tendo consciência de que o ocidente costuma ser vulnerável à opinião pública. Também insistia em um posicionamento por parte dos EUA, de não tentar invadir Cuba novamente (DOBBS, 2009). Com isso o caminho ficaria livre para o bloco soviético continuar exercendo sua influência política em Cuba e a partir daí, tentar disseminar o comunismo para outros países da América.

As negociações então puderam prosseguir, com a suspensão da vigilância aérea, enquanto se tratava dos termos da inspeção, após a retirada dos mísseis. Voos de reconhecimento confirmaram a retirada dos mísseis balísticos e demolição das plataformas de lançamento. Outros mísseis táticos, no entanto, permaneceram na ilha, além de bombardeiros IL-28 russos. A quarentena prosseguiu pelos próximos cinco dias, somente estabelecendo a vigilância dos navios que entravam ou saíam dos portos cubanos, sem abordagem. A retirada dos bombardeiros IL-28 foi iniciada, sendo monitorada por aeronaves de reconhecimento.

A efetividade do bloqueio, deve-se em parte ao alto grau de profissionalismo na condução e execução da operação pelos EUA, com vários planejamentos preparados antecipadamente. Por outro lado, a operação Anadyr⁴¹ aparentava não ter ações contingentes. Alguns dos navios mercantes e os próprios submarinos soviéticos, após se depararem com o bloqueio, adotavam rumos aleatórios por certo tempo, demonstrando não haver orientações

⁴¹ Nome dado pela URSS, à operação de instalação dos sistemas lançadores de mísseis, aviões bombardeiros e demais armamentos no território cubano.

para esta situação. Ao que parece, o único plano de contingência à instalação dos sistemas de mísseis em Cuba, era a negociação para retirada dos mísseis Júpiter da Turquia.

A URSS se sentia gravemente ameaçada, desde a instalação de mísseis balísticos pelos EUA na Turquia em 1961. Uma capacidade que pudesse representar uma ameaça externa ao território dos EUA, seria um feito estratégico. O grande problema porém, foi que a URSS planejou e executou tudo de forma secreta, sem ao menos assinar um acordo de defesa com Cuba, enquanto que a instalação e operacionalização dos sistemas de mísseis Júpiter, foi precedida de debates ostensivos na OTAN, além de declaração formal de um tratado de defesa com a Turquia (DOBBS, 2009, p. 51). O fato de Moscou não possuir um acordo de defesa com Cuba, tornaria o bloqueio não somente efetivo, mas também legítimo, por sua proposta de conter uma ameaça real e não declarada. Apesar disso, a URSS conseguiu, além da retirada dos mísseis balísticos norte-americanos da Turquia, a promessa dos EUA de não invadirem Cuba novamente.

Com a resolução da crise de forma pacífica, estava afastado o perigo de um embate nuclear durante a Guerra Fria, bem como foi estabelecida uma linha telefônica direta entre os líderes dos EUA e URSS.

Vemos então, que o poder naval se utilizou da capacidade relevante, de se fazer presente em qualquer lugar dos oceanos e mares, realizando automaticamente ação de presença e demonstração de força, sem contudo, invadir a soberania de qualquer Estado costeiro, contribuindo neste caso, de forma eficaz e efetiva para a dissuasão e distensão da crise.

5 CONCLUSÃO

Ao realizar a análise do bloqueio naval de Cuba, podemos observar que as ações e operações navais se tornaram mais complexas nas últimas décadas, de forma que seria difícil associar as suas características aos ensinamentos de um único estrategista naval.

Dessa forma, este trabalho procurou destacar, dentre os aspectos mais relevantes dos teóricos analisados, aqueles que tiveram contribuição marcante para definir o andamento do bloqueio naval, bem como para a resolução da crise.

Constatamos que para a execução do bloqueio, as forças navais principais foram concentradas em torno de uma posição inicial, estando desta forma, preparadas para alcançar uma batalha decisiva, caso o conflito armado se tornasse inevitável, demonstrando semelhança aos ensinamentos de Mahan.

Vimos também, que a estratégia de Mahan, quanto ao controle de posições centrais estrategicamente localizadas, se aplicava bem a ilha de Cuba, que era naturalmente cobiçada tanto pelos EUA como pela URSS. Essa importância, mesmo não declarada abertamente, bem pode ajudar a entender o interesse que ambos demonstravam por exercer o controle da ilha. Adicionalmente, percebemos a aderência do bloqueio aos conceitos de Mahan, na sua insistência pelo controle de bases de apoio localizadas além do território.

Quanto à finalidade do bloqueio, constatamos que esteve associado desde o início, ao atingimento dos objetivos políticos, sendo subordinado a uma estratégia nacional, como propagado por Corbett. Ainda com relação à escolha pelo bloqueio naval, dentre alternativas mais agressivas disponíveis, observamos a opção por uma ação limitada e proporcional aos objetivos principais, como também fora defendido por Corbett.

Outro aspecto semelhante aos ensinamentos de Corbett, foi observado desde o planejamento do bloqueio pelos EUA, ao mobilizar centenas de meios navais e aeronavais, para fazer frente às dezenas de meios disponibilizados pelos soviéticos, que apresentaram

tendência de permanecer na defensiva, demonstrando a percepção da vantagem que a defensiva apresenta sobre a ofensiva.

Por fim, considerando a característica do domínio do mar, a operação analisada buscou semelhança com os princípios de Mahan, pois foi planejada com o fim de obter superioridade naval, de forma a exercer o controle total da área marítima. Porém, também mostrou aderência aos ensinamentos de Corbett, uma vez que foi limitada às proximidades da ilha de Cuba, bem como se restringiu ao curto período da quarentena.

Dessa forma, podemos concluir que o emprego eficiente do poder naval, deve buscar atender aos principais ensinamentos que foram exaustivamente estudados e propagados pelos estrategistas navais dos séculos XIX e XX, de forma a contribuir como ferramenta essencial da diplomacia naval, demonstrando alinhamento com os objetivos nacionais.

Passando ao aspecto da efetividade no emprego do poder naval, vimos que após as negociações iniciais, a situação parecia se encaminhar para solução pacífica, realçando a eficácia inicial do bloqueio. Ademais, após a verificação de que os sistemas de mísseis não estavam sendo retirados, com conseqüente agravamento da crise, a intensificação do bloqueio foi novamente fundamental para a distensão da crise, confirmando nossa hipótese de que o bloqueio naval foi efetivo, para que a crise não se encaminhasse para o conflito armado.

Dessa forma, o poder naval ainda se apresenta como uma ferramenta fundamental da diplomacia, quando utilizado de forma balanceada e consoante aos interesses nacionais, de forma a contribuir com a dissuasão estratégica.

Entretanto, para que essa contribuição do poder naval, continue acompanhando as constantes evoluções do pensamento estratégico, podemos adotar como sugestões para aprimoramento futuro, incentivar estudos aprofundados sobre as abordagens de outros pensadores da estratégia naval, como por exemplo o Vice-Almirante Philip Colomb, o

Almirante Herbert Richmond e o Almirante Raoul Castex, entre outros, que permanecem sendo relegados ao segundo plano, apesar de terem publicado diversos livros e estudos na área da estratégia naval, além de exercido docência em universidades tradicionais.

Pelo exposto, foi cumprido o propósito do trabalho, ao ser verificada a efetividade e eficácia do emprego do poder naval na resolução da crise dos mísseis de Cuba. Com isso, o poder naval se confirmou como um importante instrumento de poder nacional, como pregado décadas atrás por Alfred T. Mahan e Julian S. Corbett.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, Graham T.; ZELIKOW, Philip. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**. 2nd ed. New York: Addison Wesley Longman, 1999. 432 p.
- BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2010. 307 p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 2 v.
- BONANATE, Luigi. **A guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. 175 p.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305. Doutrina Militar Naval (DMN)**. Brasília, 2017.
- CORBETT, Julian S. **Some Principles of Maritime Strategy**. Uckfield: Naval & Military Press, 2009. Ebook.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776 p.
- DOBBS, Michael. **Um minuto para a meia-noite: Kennedy, Kruchev e Castro à beira da guerra nuclear**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. 448 p.
- EUA. Naval History and Heritage Command. **The Naval Quarantine of Cuba, 1962**. Washington, 12 jan. 2001. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/n/the-naval-quarantine-of-cuba.html>>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 257 p.
- LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. **Introdução ao Estudo de História Militar Geral**. Resende: AMAN, 2015.
- MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 479 p.
- MAHAN, Alfred Thayer. **Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. [S.L.]: Pantianos Classics, First published in 1890. Ebook.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Modernidade**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- PARSCH, Andreas. Chrysler SM-78/PGM-19 Jupiter. **Directory of U.S. Military Rockets and Missiles**. [Munique], 2002. Disponível em: <<http://www.designation-systems.net/dusrm/m-19.html>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

TASS first deputy head premieres his documentary about Soviet diplomat in Washington. **Russian News Agency**, Washington, 7 dez. 2019. Disponível em: <<https://tass.com/society/1096859>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

TREZE dias que abalaram o mundo. Direção: Roger Donaldson. Los Angeles: Beacon Pictures, 2000. Tradução de: Thirteen Days. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hAj3zWRM7Q>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/182>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

WEDIN, Lars. **Estratégias Marítimas no século XXI – A contribuição do Almirante Castex**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 236 p.

ANEXO



Figura 1 - Posição inicial da força principal do bloqueio.

Fonte: Elaborado pelo autor.